

ANTIGAS LUTAS, NOVOS CENÁRIOS: A ELITE PIAUIENSE E A INDEPENDÊNCIA

TANYA MARIA PIRES BRANDÃO*

Resumo: Este artigo versa sobre o comportamento político da elite piauiense frente ao processo de independência do Brasil. Os senhores do Piauí, embora atualizados sobre os debates acerca do ideário iluminista, mas conscientes da inevitável implantação de uma nova ordem política no Brasil, adotaram postura pragmática frente aos acontecimentos. Continuaram a luta empreendida desde o século XVIII pelo controle do poder local. A separação entre Brasil e Portugal e a formação do Estado Brasileiro foram argumento e espaço político desta luta que, no momento, caracterizava-se pela ruptura do pacto de convivência entre os grupos hegemônicos. *Palavras-chave:* Poder, Independência, Elite, Piauí.

Abstract: This article deals with Piauí's elite and the process of Brazilian independence. While well informed and aware of the political ideas that originated with the enlightenments, their behavior during the independence struggle was essentially pragmatic and represented the continuation of the struggle over local power that began during the 18th century. *Keywords:* Power, Independence, Piauí.

O estado febril que acometeu o meio político brasileiro nas primeiras décadas do século XIX, quando se processava a Independência, também atingiu a província do Piauí. A convulsão política resultara da expectativa em relação ao projeto de reorganização do império português, permeada pela consciência de que a execução do mesmo teria reflexo no contexto brasileiro. Em face disso, as forças políticas já existentes interferiram defendendo idéias e modelos compatíveis com a visão que cada uma tinha acerca da questão, ao mesmo tempo que atuavam de maneira estratégica em defesa de seus interesses econômicos e políticos.

No Piauí, os grupos hegemônicos engajaram-se no movimento imbuídos do mesmo espírito. Contudo, subjugaram o aspecto macro do processo que dizia respeito ao ideário que fundamentava a definição do modelo político a ser adotado, à disputa pelo controle político na Província; disputa esta cujos parâmetros foram configurados bem antes do movimento emancipacionista.

Por esta razão, cada fato político ocorrido no período – como, por exemplo, o juramento às bases da constituição portuguesa, a eleição dos deputados para o Congresso de Lisboa e a eleição da junta de governo – constituíram-se em *round* na luta pelo poder. Para Odilon Nunes, “não havia partidatismo político (...) Havia um grupo que dominava tiranicamente (...) A grande maioria dos fazendeiros guardava isenção de ânimos em face da causa pública. Mas o grupo dominante (...) uma oligarquia a impor seu domínio tirânico de modo ilimitado, e que tinha por finalidade usufruir vantagens de ordem pessoal”.¹ Segundo o mesmo pesquisador, mesmo depois da declaração de Independência por D. Pedro, nenhum anseio de emancipação política haviam externado os habitantes do Piauí.²

A atuação política da elite piauiense nas primeiras décadas do século XIX teve por base o processo de organização das forças políticas locais que antecedeu a instalação do governo da Capitania, em 1759,³ e sobreviveu à intervenção da Metrópole. O poder dos fazendeiros, legitimado socialmente ao longo do processo de formação da sociedade colonial, adquiriu caráter legal a partir da segunda metade do século XVIII, com a participação dos senhores de terra e seus apaniguados no aparelho político-administrativo da Capitania. Consolidado, esse poder

tornou-se imbatível e até inquestionável. Nem mesmo durante o processo de Independência, teoricamente um momento propício para aflorar os desgostos das camadas populares, o poder dos fazendeiros foi questionado. O interessante é que nessa ocasião a elite local já comportava outros segmentos sociais, como comerciantes e profissionais ligados ao setor urbano.⁴

Os grupos de poder no Piauí começaram a ser constituídos no início do século XVIII, quando se efetivava o povoamento colonial na região. O casamento foi o dispositivo orgânico desses grupos, cuja característica básica era o vínculo familiar por afinidade e consaguinidade. Na formação desses grupos de parentesco extenso, com perfil de grupo social, a escolha do cônjuge tinha por critério as alianças de interesse político-econômico.

Esses grupos estruturaram suas bases materiais na pecuária e na prática de o governo conceder várias sesmarias a uma mesma pessoa ou grupo de pessoas. Por esse meio, formaram-se imensos patrimônios fundiários que ocupavam áreas descontínuas, de forma que raramente os domínios de um senhor limitavam-se a uma só região da Capitania. Como a posse da terra conferia prestígio social e político surgiram os potentados locais com influência em áreas extensas. Por essa razão, o poder desses senhores não se revestia de um localismo restrito.

O poder desses grupos estendia-se para além das fronteiras do Piauí. No sentido oeste, as bases foram estabelecidas na conquista da região sul do Maranhão, quando pecuaristas do Piauí estenderam seus domínios para além do rio Parnaíba. Com a subordinação do Piauí ao governo geral do Maranhão, o relacionamento entre a administração de São Luís e os grupos políticos piauienses foi intensificado, chegando a influir nas decisões sobre as questões de poder no Piauí. Um exemplo clássico foi o apoio das autoridades maranhenses às decisões das Câmaras do Piauí, que eram dominadas pelos senhores rurais locais. Esta atitude redundava em desgaste dos governadores do Piauí. Em 1807, Carlos Cesar Burlamarqui denunciou o engessamento das administrações do Piauí decorrente da proteção do governo do Maranhão aos opositores dos governantes daquela província.⁵

Estes opositores pertenciam a grupos de poder local que se tornavam politicamente influentes com a implantação do aparelho burocrático na Capitania. A partir de 1766, o preenchimento dos cargos e funções

administrativas deu-se com o emprego de pessoas residentes no Piauí. Os que aceitavam vislumbravam, na instalação da nova ordem administrativa, a possibilidade da participação na burocracia governamental traduzir-se em prestígio e poder político, até então não desfrutado, mas pretendido.

Uma vez tornadas autoridades pelo exercício do cargo público, essas pessoas passaram a ter acesso e controle sobre os mecanismos de dominação. Em geral, esses novos burocratas já pertenciam a grupos sociais sólidos, pois eram constituídos com base em laços familiares e patrimoniais. Com as novas funções adquiriram os pré-requisitos que lhes faltavam para formarem a elite local: o poder político. A partir daí, empenham-se na utilização da máquina administrativa para garantir uma política que atendesse aos interesses de seu grupo.

Foi na perseguição desse objetivo que o confronto entre os grupos de elite e os governadores locais tornou-se uma prática constante até a Independência. Mesmo nas gestões mais empreendedoras, a oposição desses grupos foi sempre agressiva, o que torna evidente a fragilidade da autoridade governamental frente ao poder local. O episódio envolvendo o governador Lourenço Botelho de Castro é bastante ilustrativo. Neste governo, 1764 a 1774, de propostas desenvolvimentistas, teve início o comércio de carne em larga escala para o Pará, houve estímulo para instalação de oficinas de charque e foi criado o serviço de correio mensal entre os centros urbanos piauienses. Contudo, o governador enfrentou a ira dos senhores de terra por questionar a guerra contra os índios Acaroas e Pimenteiras, que considerava desnecessária e dispendiosa. Mesmo depois de reconsiderar sua atitude, determinando o combate, seu governo tornou-se inviável.⁶

A estrutura de poder, tendo por base grupos sociais locais, consolidou-se a partir de 1775, quando a Capitania passou a ser administrada por Junta Governativa. Esta forma de governo vigorou nos 22 anos de vacância do posto de governador do Piauí. Nesse período, os grupos hegemônicos aproveitaram-se do dispositivo legal⁷ para assumir, de fato e de direito, o controle político da Capitania. A forma determinada para composição deste tipo de governo foi o instrumento legal utilizado pelas forças políticas locais para colocarem seus representantes no governo. O empenho foi em tais proporções que apenas na primeira

composição da junta constou uma pessoa que não tinha vínculo com as famílias da elite local. Tratava-se do ouvidor-geral Antônio José de Moraes Durão, português que, como membro presidente, manteve-se na condição de agente do Rei. Por essas razões, enfrentou a hostilidade dos grupos que já haviam expurgado o governador Botelho de Castro. Analisando este comportamento, diz Wilson Brandão:

*“Na ausência de autoridade definida em virtude do sistema de substituição dos membros do órgão governamental os fazendeiros, continuadores da tradição (...) encarnam um “novo poder” adversário do poder legalmente constituído”.*⁸

A verdade é que os vínculos entre poder político e econômico, tecidos a partir de laços familiares, tornaram a estrutura de poder resistente ao controle político do Estado. O conflituoso relacionamento entre representantes das forças políticas domésticas e autoridades reinóis no Piauí, reflete as dificuldades impostas à centralização do poder nesta sociedade remanescente de conquistadores autônomos. As dificuldades impostas pelo dualismo do poder de Estado e sociedade civil levaram, inclusive, à ruptura da hierarquia administrativa do Império.⁹

Entretanto, essas dificuldades foram contornadas pela interdependência existente entre os dois pólos do sistema. No âmbito da sociedade piauiense, os grupos que lutavam pelo poder adotaram por parâmetros na construção do espaço social piauiense as normas jurídicas vigentes no Império português e o modelo da sociedade colonial brasileira. Por essa razão, suas ações sempre estiveram apoiadas na interpretação da lei. Por outro lado, as reações contrárias a qualquer autoridade externa limitaram-se a pessoas, agentes do Estado ou representantes da Igreja sem, contudo, atingir a figura do Rei, a Coroa ou o Papa. O fato é que a estrutura de poder doméstico não ameaçava o poder do soberano, nem os donos do poder local questionavam as relações entre colônia e metrópole.

Do outro lado, a metrópole adotou a tática política de apoio, tolerância e até conivência frente às questões administrativas do Piauí. Nem mesmo na fase de recrudescimento do colonialismo, o governo português tomou medidas disciplinares, visando a moralizar e centralizar a administração local. Um exemplo foi a ausência de punição aos

opositores dos governadores portugueses e ouvidores nomeados pela Coroa para o Piauí.

Este comportamento da Coroa e dos senhores do Piauí pode ser indicador de que havia, nesta região, uma simbiose entre o poder real e o poder local, apesar do aparente antagonismo de interesses. A atitude da Coroa frente aos fatos políticos ocorridos no Piauí indica que o governo português não temia a auto-administração dos colonos piauienses. Fechando o círculo, a atitude dos senhores do Piauí indica que estes não temiam um rei que, embora soberano, absoluto, estava distante, incapaz de fazer sombra ao poder local.

No período entre 1811 e 1814, as famílias de elite voltaram a assumir o comando do governo da Província pelo recurso da Junta de Governo. Embora o contexto histórico fosse diferente daquele das três últimas décadas do século XVIII, os grupos de elite partilharam de forma harmônica o poder. Como na primeira junta, nesta segunda o sistema de substituição dos membros permitiu a participação das famílias hegemônicas. Entretanto, o mesmo não ocorreu no terceiro período de governo por junta, instalado em 1821. Isto ocorreu, em primeiro lugar porque a composição da junta de 1821 foi ampliada para seis membros e não mais três, como nas anteriores e, sobretudo, foi modificado o processo de escolha dos componentes. Agora, um colégio constituído por dois eleitores da capital e um de cada Vila da Província elegeria os membros do governo. Apenas o presidente da comissão de governo, que continuava sendo o ouvidor geral, não estava sujeito a votação.

Outro aspecto novo que merece ser ressaltado é o fato de que a implantação do governo deu-se por razões externas e não em decorrência da ausência de governo provocada pelos atritos entre os grupos políticos do Piauí e o representante do rei, como ocorreu em outras ocasiões. Tratava-se de consequência das movimentações no cenário político do império luso-brasileiro, envolvendo principalmente as cortes de Lisboa e o governo instalado no Brasil.¹⁰

Apesar do momento político ser delicado devido aos anseios de setores da elite brasileira, em face da ameaça do Brasil perder seu status de Reino, bem como suas liberdades econômicas, a evidência é de que a elite piauiense não partilhava destas preocupações. A hipótese tem por base a constatação de que os grupos de poder local aproveitaram a eleição

dos membros da junta governativa para definir suas posições de domínio no contexto interno da Província e preservá-las na nova ordem política a ser instaurada. O questionamento sobre a legalidade da junta provisória, bem como do governo de Elias José Ribeiro de Carvalho foi, antes de tudo, argumento e estratégia política da luta pelo poder no âmbito local.

Segundo a historiografia, nenhum representante da elite piauiense manifestou-se contrário aos propósitos das cortes de Lisboa. O juramento das bases da constituição portuguesa também não foi questionado pelos políticos piauienses. Contudo, na ocasião da eleição dos deputados do Piauí, em agosto de 1821, “chocaram-se as ambições, extenuaram-se em partidos opostos os representantes das famílias de maior influência e prestígio na Província”.¹¹

Durante o período colonial, as famílias que formaram os grupos de poder não se digladiavam entre si porque havia entre elas afinidade de interesses e proporcionalidade na divisão do poder interno. Entretanto, na década de 1820, quando se processava a reorganização política do Brasil, a disputa pelo poder local adquiriu outra roupagem, pois as elites passaram a se olhar como adversárias políticas. A eleição de 1821 evidencia os opositores e, neste primeiro *round* da luta, sai na dianteira o grupo hegemônico no centro-sul da Província ao eleger três importantes membros da junta de governo: o vice-presidente, o secretário e um representante dos produtores rurais.¹²

Ainda em 1821, o movimento conspiratório dos funcionários públicos contra o governador Elias de Carvalho também foi revestido com o espírito da luta entre os grupos de poder. A forma como foi conduzida a represália do governo também é indicadora do nível desta luta. Denunciado pelo Brigadeiro Sousa Martins, principal figura do grupo de domínio no centro-sul, o movimento foi abortado e os líderes exonerados de suas funções. Porém, como entre estes achava-se um representante do grupo hegemônico no Norte, este foi o único conspirador a ser preso e deportado para Parnaíba.¹³

Os fatos ocorridos em 1821, evidenciam que este ano foi o marco inicial do processo de ruptura do tradicional pacto de convivência entre as elites do Piauí. Pelas atitudes dos representantes dos grupos de poder pode-se admitir que os mesmos tinham um projeto próprio, tendo em vista a perspectiva de instalação de uma nova ordem política no Brasil.

Vista nesta perspectiva, a questão da independência representou para a elite piauiense apenas mais um episódio de uma luta, não entre o poder local e o poder externo, mas entre as famílias que compunham esta mesma elite.

Após a declaração de D. Pedro, em setembro de 1822, quando a Independência do Brasil passou a ser um acontecimento inevitável, a luta interna pelo poder no Piauí adquiriu nova roupagem, cujos adereços eram retirados do ideário modernista, porém manteve sua essência básica: o controle do poder.

Notas:

*Professora do Departamento de História da UFPE

¹NUNES, Odilon. *Pesquisas para história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 1, p. 159-160.

²Ibid, v. 2, p. 29.

³COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1875, v.1, p. 86.

⁴COSTA, F. A. Pereira da. Op. cit., v. 2, p. 257.

⁵BRANDÃO, Tanya M. Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenho Chaves, 1995, p. 84-85.

⁶Ibid. p. 82.

⁷COSTA, F. A. Pereira da. Op. cit., v. 1, p. 181.

⁸BRANDÃO, Wilson de Andrade. Os primeiros tempos. In: SANTANA, Raimundo Monteiro de. (org.) *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Halley. 1995, p. 24.

⁹Ver BRANDÃO, Tanya. Op. cit.

¹⁰Ver NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MACHADO, Humberto F. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹¹COSTA, F. A. Pereira da. Op. cit., v. 2, p. 255.

¹²Ibid, p. 256-257.

¹³BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1974, p. 67.